

**REGULAMENTO DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS  
DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA**

**Preâmbulo**

A Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC) tem em vigor um *Regulamento dos Cursos de Formação Inicial para Alunos com Necessidades Educativas Especiais*, aprovado em reunião do Conselho Científico de 05 de março de 2008.

No Conselho de Gestão, do Instituto Politécnico de Coimbra, do dia 24 de fevereiro de 2011 foi aprovada uma proposta de *Regulamento de Frequência e Avaliação dos Estudantes Portadores de Deficiências Físicas ou Sensoriais* recomendada às suas Unidades Orgânicas.

Em virtude da proposta do IPC e da vivência da ESEC no âmbito das Necessidades Educativas Especiais (NEE) torna-se imperativo atualizar o Regulamento do Aluno com NEE.

O presente documento contém um conjunto medidas educativas, aplicáveis aos alunos com necessidades especiais, especificadas no seu "Âmbito de Aplicação". Entende-se por estudante com Necessidades Educativas Especiais o que manifesta dificuldades em efetuar o percurso académico de forma normal decorrentes de limitações, congénitas ou adquiridas, nos domínios físico/motor, sensorial, orgânico, do foro psicológico e outras, desde que devidamente comprovadas.

**Artigo 1º - Âmbito de Aplicação**

1. Para efeito de aplicação deste regulamento consideram-se abrangidos pelo mesmo, indivíduos que ingressam na ESEC através do contingente especial para alunos portadores de deficiência física e/ou sensorial, ou aqueles que, mediante Requerimento escrito dirigido ao Presidente da

ESEC e entrega de comprovativo médico, após análise efetuada pelo Gabinete de Apoio ao Aluno da ESEC, em conjunto com o Diretor de Curso quando necessário, se comprove terem necessidade que justifique a aplicação de alguma medida educativa prevista.

2. A aplicação do regulamento tem a duração de um ano letivo, exceto nos casos de deficiência permanente ou doença crónica devidamente comprovada, e deve ser requerido, por escrito, pelo próprio estudante.

3. O presente regulamento aplica-se a alunos do 1º e 2º ciclo de estudos da ESEC.

**Artigo 2º - Plano de Estudos Adaptado**

1. Para os alunos abrangidos por este regulamento será elaborado, se necessário, pelo Diretor de Curso, um Plano de Estudos Adaptado até 6 semanas após o início de cada ano letivo, podendo, eventualmente, o mesmo ser revisto no início do 2º semestre.

2. Este Plano deverá respeitar os ritmos de aprendizagem e o tipo de deficiência/limitação do aluno em questão, com possibilidade de dispensa e/ou substituição de unidades curriculares, sempre que se revelar impossível a sua concretização, salvaguardando, contudo, o cumprimento dos objectivos e finalidades do Curso.

3. O Plano de Estudos Adaptado é proposto pelo Diretor de Curso, auscultados o aluno e os docentes envolvidos na lecionação da unidades curriculares a frequentar, e aprovado pelo Conselho Técnico-Científico.



**REGULAMENTO DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS  
DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA**

**Artigo 3º - Adequações Curriculares e Materiais**

1. Serão feitas, sempre que necessário e possível, adequações materiais e/ou curriculares ao nível das Unidades Curriculares e da Prática Pedagógica/Estágio, podendo as mesmas contemplar:

- a) Material didático especial (documentos em Braille ou ampliados, material audiovisual, equipamento específico para leitura, escrita e cálculo, entre outros);
- b) Dispositivos de Compensação individual/grupo (equipamento informático adaptado, auxiliares acústicos, gravação em áudio das aulas para uso exclusivo do estudante no seu estudo, se houver consentimento do docente e quando se justifique, especialmente para estudantes cegos, de baixa visão ou com deficiência motora);
- c) Adaptações materiais e acessibilidade (eliminação de barreiras arquitectónicas, adequação de instalações/mobiliário, atribuição de salas de aula tendo em conta a acessibilidade, reserva de lugares específicos nas salas de aula e estacionamento no parque da escola, entre outros);
- d) Adequação de programas ou regulamentos (ao nível de objetivos, competências, conteúdos, metodologias, etc), sem nunca pôr em causa as competências e objetivos curriculares essenciais da unidade curricular.

2. As Adequações Curriculares, elaboradas pelos docentes ao nível das Unidades Curriculares ou

Prática Pedagógica/Estágio, deverão ser entregues ao Diretor de Curso que as remeterá, no final de cada ano letivo, para o Serviço de Gestão Académica a fim de constarem no processo individual do aluno.

**Artigo 4º - Condições Especiais de Avaliação**

1. Os alunos abrangidos por este regulamento poderão usufruir de condições especiais de avaliação, nomeadamente:

- a) Tipo de prova ou trabalho, forma e meio de expressão, periodicidade e local de execução, adequados à deficiência ou limitação do estudante com NEE;
- b) Alargamento do prazo de entrega de trabalhos práticos escritos, definido pelo docente;
- c) Período complementar de tempo para a realização das provas ou realização da mesma em duas fases, com um intervalo substancial entre elas, quando a prova implicar um grande esforço face à limitação do aluno com NEE;
- d) Enunciados das provas adequados ao tipo de deficiência (enunciado ampliado, em caracteres braille ou gravado em áudio, entre outros que se revelem adequados).

2. Os alunos com NEE abrangidos por este regulamento usufruem de época especial de exames.

**Artigo 5º - Outros Apoios**

1. Sempre que se considere necessário e possível, serão feitas diligências no sentido de garantir ao aluno:

**REGULAMENTO DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS  
DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA**

- a) Prioridade no processo de matrícula e inscrição, caso tenha de se deslocar presencialmente ao Serviço de Gestão Académica para o efeito;
- b) Apoio e acompanhamento psicológico;
- c) Apoio específico de colega acompanhante;
- d) Intérprete de Língua Gestual Portuguesa;
- e) Apoio pedagógico personalizado (prestado pelo docente no horário de atendimento a estudantes ou outro definido para o efeito);
- f) Alargamento dos prazos de empréstimo para leitura domiciliária praticados na biblioteca;
- g) Apoio social;
- h) Os estudantes abrangidos pelo presente regulamento estão sujeitos ao regime de prescrição previsto no Regulamento do Regime de Prescrições do IPC, em vigor;
- i) Outras situações não previstas no regulamento mas justificáveis.

Aprovado em reunião de CTC, de 18/ 6/2014.

A Presidente do Conselho Técnico-Científico

  
(Prof. Doutora Maria de Fátima Fernandes Neves)

Homologo,

O Presidente da ESEC

  
(Prof. Doutor Rui Manuel Sousa Mendes)